

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11° andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopesmachado.com.br Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br





Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de Março de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório sobre as Informações Trimestrais - ITR

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras

 $Rio\ de\ Janeiro\ -\ RJ\ |\ Av.\ Graça\ Aranha\ 416\ /\ 11^{\circ}\ and ar\ -\ CEP\ 20030-001\ |\ Tel.:\ 55\ 21\ 2156-5800\ -\ Fax:\ 55\ 21\ 2262-6806\ |\ rj@bkr-lopesmachado.com.br$ $Filiais\ e\ Empresas\ Ligadas$

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BREVE COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE O DESEMPENHO E A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

A Companhia continuou a enfrentar a persistência das mudanças de hábitos, especialmente aquelas decorrentes da pandemia do COVID-19, como o trabalho remoto e híbrido. No cenário mundial instável, com as guerras na Ucrânia e Israel-Hammas, instabilidade política, continuam a gerar consequências como a inflação e a alta dos juros, que impactam negativamente negócios em todo o mundo. O cenário político econômico no Brasil, a taxa de juros SELIC a 10,75%, mesmo com viés de queda, continua alta e a perda da importância comercial do Centro do Rio continuam afetando diretamente o negócio.

A gestão segue trabalhando para reduzir os efeitos dessas adversidades em suas operações, através de uma abordagem proativa de inovação, e com acompanhamento minucioso de seus gastos. Contudo, a melhora dos resultados ainda depende de um aumento no faturamento, que está diretamente relacionado com o crescimento nos negócios, parcerias e a revitalização econômica do Centro do Rio.

No primeiro trimestre de 2024, a Companhia enfrentou desafios na gestão do fluxo de caixa, devido aos impostos a pagar relacionados ao lucro fiscal de 2023, impulsionado por um acordo positivo com a PCRJ sobre IPTUs de 2020, 2021 e 2023. Apesar do desafio, a conquista do acordo gerará uma redução de aproximadamente 37% nos custos com IPTU nos próximos anos. A empresa também regularizou sua situação fiscal relativos aos IRPJ e CSLL, consequências do lucro fiscal oriundo de 2023, junto a Receita Federal, pagando 50% da dívida à vista e parcelando o restante em 48 parcelas sem juros, o que aliviou o fluxo de caixa e minimizou a necessidade de solicitação de crédito com instituições financeiras.

Continua um interesse maior por lojas na rua São José, provável efeito da expectativa do projeto "ARE – Área de Revitalização Econômica" a ser implantada.

A empresa é associada de forma ativa na "Aliança Centro Rio", e estamos fortemente engajados na criação da ARE – Área de Revitalização Econômica, projeto para a rua São José, com nome definido "Boulevard São José". Esta iniciativa conta com o principal patrocínio do Menezes Côrtes, e está aberta à participação de outros atores e empreendedores. Acreditamos que o projeto é de grande importância para a região e para o Menezes Côrtes, estamos trabalhando para envolver diretamente a Prefeitura e o Estado do Rio de Janeiro. Reconhecemos que o apoio do poder público é fundamental para o sucesso dessa iniciativa. A implantação deste projeto é um desafio para a Aliança Centro Rio, já que não há uma legislação específica para uma rua ser adotada pelo empreendedorismo, barreira esta que está sendo suplantada, a previsão de início é para a 2ª quinzena de abril de 2024.

Com relação aos estacionamentos mensalistas, tivemos uma recuperação de novas locações, aguardado, face a sazonalidade. Nos estacionamentos rotativos, o resultado não foi positivo, continuamos sem crescimento. Reconhecemos os desafios dos estacionamentos irregulares no Centro do Rio, a concorrência dos aplicativos de transporte e os formatos de trabalho home-office e híbrido. Ações de marketing ocorrerão para este segmento.

Sobre o endividamento da Companhia, 83% do financiamento de R\$ 10 milhões contraído em setembro de 2021, para crucial obra no 15° andar, já teve seu pagamento realizado até o 1° trimestre de 2024, onde quitou 30 de 36 parcelas. A última parcela será paga em setembro de 2024, que concluirá este marco significativo para a saúde financeira da empresa.

Considerando os desafios impostos pelo atual cenário, é importante destacar que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia estão aceitáveis. Contudo, firmamos os desafios da gestão do caixa para o início de 2024.

A capacidade de gerar caixa é avaliada competência por competência. A gestão compreende a importância da preservação do caixa, e a necessidade de investimentos que possam contribuir para a futuro da empresa.

A gestão seguirá acompanhando a evolução dos acontecimentos e tomando as ações necessárias para a continuidade dos negócios.

Não houve mudanças de práticas contábeis ou outras alterações relevantes, que justifiquem comentários.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2024.

A Administração



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Menezes Côrtes S.A Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias do Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11° andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopesmachado.com.br Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br





Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11° andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopesmachado.com.br Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br





Revisão e auditoria dos valores correspondentes referentes às informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2023 e do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023

Os valores correspondentes, relativos à auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, cujo relatório datado de 12 de maio 2023, foi emitido sem modificação. As informações intermediárias, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de março de 2023, foram anteriormente por nós revisadas cujo relatório datado de 12 de maio de 2023, foi emitido sem modificação.

Rio de Janeiro. 15 de maio de 2024.

BKR - Lopes, Machado Auditores CRC-RJ-2026/0-5

Mário Vieira Lopes

Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11° andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopesmachado.com.br Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br Recife - PE | Tels:: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br





Balanço Patrimonial

Em 31 de Março de 2024 e 31 de Dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Circulante:				Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	5	931	2.770	Fornecedores		129	52
Contas a receber	6	2.542	1.685	Obrigações sociais e trabalhistas		431	421
Impostos a recuperar		529	515	Empréstimos e financiamentos	8	1.667	2.500
Despesas a apropriar IPTU		3.960	-	Impostos taxas e contribuições	9	4.898	2.707
Outros créditos		27	32	Outras contas a pagar		191	207
		7.989	5.002			7.316	5.887
				Não circulante:			
Não circulante:				Impostos taxas e contribuições	9	877	_
Outros créditos		48	48	Instrumentos financeiros - SWAP	21.3	6	15
Imobilizado	7	71.379	72.099	Provisões para contingências		20	-
		71.427	72.147			903	15
				Patrimônio líquido:	11		
				Capital social		2.002	2.002
				Prejuízo acumulado		(22.617)	(22.855)
				Reserva de reavaliação		91.812	92.100
						71.197	71.247
		79.416	77.149			79.416	77.149





Demonstração do Resultado

Trimestres Findos em 31 de Março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto pelo Prejuízo básico e diluído por ações)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita líquida	14 15	5.290 (3.087)	4.958
Custo dos serviços prestados Lucro bruto	13	2.203	(3.130)
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	13 e 16	(2.032)	(1.656)
Outras receitas/despesas operacionais	17	21	22
Resultado antes do resultado financeiro		192	194
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras	19	82 (197) (115)	226 (366) (140)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	19	77	54
Imposto de renda e contribuição social: Corrente	20	(127)	(63)
Prejuízo do período		(50)	(9)
Prejuízo básico por ação	12	(0,00010)	(0,00002)





Demonstração do Resultado Abrangente

Trimestres Findos em 31 de Março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Prejuízo do período	(50)	(9)
Realização da reserva de reavalição	288	288
Resultado abrangente do período	238	279





Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Trimestres Findos em 31 de Março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	2.002	15.563	-	93.252	110.817
Prejuízo do período		-	(9)	-	(9)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	288	(288)	-
Saldos em 31 de março de 2023	2.002	15.563	279	92.964	110.808
Saldo em 01 de janeiro de 2024	2.002	-	(22.855)	92.100	71.247
Prejuízo do período	-	-	(50)	-	(50)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	288	(288)	-
Saldos em 31 de março de 2024	2.002		(22.617)	91.812	71.197





Demonstração dos Fluxos de Caixa

Trimestres Findos em 31 de Março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(50)	(9)
Ajustes sobre o prejuízo do período:		
Depreciação	747	695
Baixa imobilizado	-	74
Juros empréstimos e financiamentos	69	165
Instrumentos financeiros - SWAP	(9)	(75)
Provisões para contingências	20	_
Prejuízo do período ajustado	777	850
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(857)	(776)
Outros créditos	(3.971)	(4.359)
Impostos a recuperar	(14)	270
Fornecedores	77	73
Obrigações sociais e trabalhistas	10	(13)
Impostos taxas e contribuições a recolher	3.068	4.739
Recursos provenientes (consumidos) das atividades operacionais	(910)	784
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(2-n)	
Aquisição do imobilizado	(27)	(6)
Recursos consumidos nas atividades de Investimento	(27)	(6)
Fluxo de caixa das atividades financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(902)	(998)
Recursos consumidos nas atividades de financiamento	(902)	(998)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.839)	(220)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.770	5.119
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	931	4.899
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.839)	(220)
•		





Demonstração do Valor Adicionado

Trimestres Findos em 31 de Março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Receita de serviços 6.018 5.693 Descontos Incondicinais nos alugueis - (4) Outras receitas 54 38 Provisão/reversão para crédito liquidação provisória (13) (16) Insumos adquiridos de terceiros (1.788) (1.397) Valor adicionado bruto 4.271 4.314 Retenções (747) (695) Depreciação (747) (695) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 3.524 3.619 Valor adicionado recebido em transferência Receita de aplicações financeiras 73 151 Receita de aplicações financeiras 73 151 3.607 3.845 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 3.61 Distribuição do valor adicionado Remuneração direta 718 677 687 Benefícios 346 311 1.180 1.281 1.180 Federais 634 611 614 611 614 611 Estaduais 107 84 Municipais		31/03/2024	31/03/2023
Descontos Incondicinais nos alugueis - (4) Outras receitas 54 38 Provisão/reversão para crédito liquidação provisória (13) (16) Insumos adquiridos de terceiros	Receitas		
Outras receitas 54 38 Provisão/reversão para crédito liquidação provisória (13) (16) Insumos adquiridos de terceiros (1.788) (1.397) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (1.788) (1.397) Valor adicionado bruto 4.271 4.314 Retenções ————————————————————————————————————		6.018	
Provisão/reversão para crédito liquidação provisória (13) (16) Insumos adquiridos de terceiros 36.059 5.711 Insumos adquiridos de terceiros (1.788) (1.397) Valor adicionado bruto 4.271 4.314 Retenções Cyalor adicionado líquido produzido pela entidade 3.524 3.619 Valor adicionado recebido em transferência Receita financeira - SWAP 10 75 Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado 718 677 Beneficios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 <td< td=""><td>_</td><td>-</td><td>, ,</td></td<>	_	-	, ,
Insumos adquiridos de terceiros 6.059 5.711 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (1.788) (1.397) Valor adicionado bruto 4.271 4.314 Retenções Pepreciação (747) (695) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 3.524 3.619 Valor adicionado recebido em transferência Receita financeira - SWAP 10 75 Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado 8 226 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado 8 45 Remuneração direta 718 677 Beneficios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107			
Insumos adquiridos de terceiros Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor adicionado bruto 4.271 4.314 Retenções Depreciação (747) (695) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 3.524 3.619 Valor adicionado recebido em transferência Receita financeira - SWAP 10 75 Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 -	Provisão/reversão para crédito liquidação provisória		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (1.788) (1.397) Valor adicionado bruto 4.271 4.314 Retenções ————————————————————————————————————		6.059	5.711
Valor adicionado bruto 4.271 4.314 Retenções Depreciação (747) (695) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 3.524 3.619 Valor adicionado recebido em transferência Receita financeira - SWAP 10 75 Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 1.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - - - - - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9)	-		
Retenções Depreciação (747) (695) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 3.524 3.619 Valor adicionado recebido em transferência Receita financeira - SWAP 10 75 Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)			(1.397)
Depreciação (747) (695) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 3.524 3.619 Valor adicionado recebido em transferência Receita financeira - SWAP 10 75 Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 1.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 9 44 9 44 9 44 9 44 1.180 1.281 1.180 1.180 1.281 1.180 1.281 1.180 1.281 1.180 1.281 1.613<	Valor adicionado bruto	4.271	4.314
Valor adicionado líquido produzido pela entidade 3.524 3.619 Valor adicionado recebido em transferência Receita financeira - SWAP 10 75 Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Valor adicionado total a distribuir 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	Retenções		
Valor adicionado líquido produzido pela entidade 3.524 3.619 Valor adicionado recebido em transferência Receita financeira - SWAP 10 75 Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 1.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	Depreciação	(747)	(695)
Receita financeira - SWAP 10 75 Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)		3.524	3.619
Receita financeira - SWAP 10 75 Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	Valor adicionado recebido em transferência		
Receita de aplicações financeiras 73 151 Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado 83 677 Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)		10	75
Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)			
Valor adicionado total a distribuir 3.607 3.845 Distribuição do valor adicionado Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	recent de apietações intancentas		
Distribuição do valor adicionado 718 677 Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)		03	220
Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	Valor adicionado total a distribuir	3.607	3.845
Remuneração direta 718 677 Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	Distribuição do valor adicionado		
Benefícios 346 311 I.N.S.S 168 148 F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)		718	677
F.G.T.S 49 44 Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	-		
Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	I.N.S.S	168	148
Pessoal 1.281 1.180 Federais 634 611 Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)			
Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)			
Estaduais 107 84 Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	Fodomic	624	611
Municipais 1.461 1.613 Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)			
Impostos, taxas e contribuições 2.202 2.308 Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)			
Outras 20 - Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	-		
Juros 154 366 Remuneração de capitais de terceiros 174 366 Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)	impostos, taxas e contribuições	2.202	2.300
Remuneração de capitais de terceiros174366Prejuízo do período(50)(9)Remuneração de capital próprio(50)(9)	Outras	20	-
Prejuízo do período (50) (9) Remuneração de capital próprio (50) (9)			
Remuneração de capital próprio (50) (9)	Remuneração de capitais de terceiros	174	366
	Prejuízo do período	(50)	(9)
Valor adicionado distribuído 3.607 3.845	Remuneração de capital próprio	(50)	(9)
	Valor adicionado distribuído	3.607	3.845





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

Em 31 de Março de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 - Informações Gerais

O Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A. ("TGMC"), Companhia aberta controlada pela Mercator *Investment Fund Limited* e Fundo de Investimento Caixa Rio Preto Multimercado Crédito Privado, tem por objetivo principal administrar as atividades de garagem de veículos, observada a legislação aplicável, alugar lojas, salas, vagas de estacionamento e outros espaços do seu único imóvel.

O TGMC possui como único imóvel o Edifício Garagem Menezes Côrtes, localizado no Centro do Rio de Janeiro, à exceção do 13° andar, que é de propriedade da CODERTE. A empresa atua na administração e operação de 3.533 vagas de garagem, (automóveis 3.376 vagas e motocicletas 157 vagas), distribuídas em 12 andares, na locação de 112 lojas localizadas no térreo e sobreloja do prédio, na locação de 9 boxes na Rua Erasmo Braga, na locação de 45 espaços na galeria do térreo (quiosques), na locação de 32 estandes na sobreloja do prédio e na atividade de *merchandising* dos espaços verticais e na locação do pavimento correspondente ao 15° andar.

A Sede Social da empresa está localizada na Rua São José, 35- 16° andar, no CEP. 20010-020, Rio de Janeiro – RJ.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2024.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras intermediárias, referentes ao período findo em 31 de março de 2024, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias as demonstrações financeiras intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração e apresentação

Base de Mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo custo atribuído do Edifício Garagem e seu respectivo terreno. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras intermediárias, estão descritas a seguir.

3 - Principais Julgamentos na Aplicação das Políticas Contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota explicativa nº 3.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de a Companhia manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é de R\$3.473 (31 de dezembro de 2023 R\$4.455). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos nas notas explicativas de nº4, nº5 e nº21.2.

3.2. Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

Recuperação de ativos de vida longa ("impairment")

Ativos que têm vida útil indefinida ou definida, não depreciáveis têm sua recuperação testada anualmente, enquanto os ativos sujeitos à depreciação, têm seu valor de recuperação revisado pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. As perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o maior valor provável de recuperação de um ativo de vida longa, calculado (a) pelo seu valor em uso (valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros), ou (b) valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda.

Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.12, nº 4.13 e nº 21, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.



Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

3.3. Novas Normas Vigentes a Partir de Janeiro de 2023

Na preparação das informações, a Administração da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC.

Para o período até 31 de março de 2024, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as informações da Sociedade.

4 - Resumo das Principais Políticas Contábeis

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.2. Contas a receber e Perdas Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD")

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a PCLD ("*impairment*"). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. A Companhia constituiu provisão de perda futura esperada na proporção das perdas estimadas em sua carteira, conforme demonstrado na nota explicativa 6.

4.3. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

 Receita de estacionamento – A receita de estacionamento é reconhecida pelo exercício em que é contratada, ou seja, diariamente à medida da utilização dos usuários de vagas rotativas, e mensalmente para os usuários de vagas cativas.



Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

- Receita de locação, bilheterias e de áreas Essas receitas são reconhecidas mensalmente de acordo com o respectivo contrato de locação. O prazo de locação de lojas normalmente é de 5 anos, renováveis.
- Juros (receita financeira) A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

4.4. Imobilizado

O Edifício Garagem e o seu respectivo terreno, estão contabilizados ao custo atribuído em todos os exercícios apresentados, correspondente ao seu valor de mercado, em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 — Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (em 2010) e com o ICPC 10 — Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, ambos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC. Esse custo atribuído foi determinado em avaliação efetuada por avaliadores independentes.

Demais bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O terreno não sofre depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro, quando aplicável, são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um exercício inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

4.5. Redução ao valor recuperável

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

4.7. Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.8. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

4.9. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

4.10. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa somente os impostos correntes. A Companhia não possui impostos diferidos.

A partir de 2020 a Companhia passou a adotar a tributação pelo lucro real onde são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% (quinze por cento) acrescida do adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil) anuais para imposto de renda e 9% (nove por cento) sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% (trinta por cento) do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social contabilizados no resultado são formados pela despesa corrente destes tributos, e, também, pelo diferido líquido que é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias ativas e passivas, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

4.11. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

4.12. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um exercício menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou,
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.





.10.

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES S.A.

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui investimentos em ações que sejam classificadas como ativos financeiros.





.11.

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES S.A.

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a variações nas taxas de câmbio e as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Outros resultados abrangentes" e acumuladas na rubrica "Reserva de reavaliação de investimentos". Nesse caso, quando o ativo financeiro é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda, acumulado, anteriormente, reconhecido na conta "Reserva de reavaliação de investimentos" é reclassificado para o resultado.

O valor justo dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é determinado na respectiva moeda estrangeira e convertido pela taxa de câmbio de fechamento no encerramento do exercício. Os ganhos e as perdas cambiais reconhecidos no resultado são apurados com base no custo amortizado do ativo monetário.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou,





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o exercício médio de 365 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em exercícios subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um exercício subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do ativo na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.







Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

Com respeito a títulos da dívida disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável são subsequentemente revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda, acumulado, que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade, a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda, acumulados, reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

4.13. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.







Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

Instrumentos Compostos

Instrumentos compostos representam títulos conversíveis em ações. São classificadas separadamente como passivos financeiros e patrimônio conforme a natureza do contrato e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. A Companhia não possui instrumentos compostos.

Passivo financeiro

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- é um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo.







Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39-Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas, líquidos, reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um exercício menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

b) Contratos de garantia financeira

Um contrato de garantia financeira é aquele que requer que o emissor faça pagamentos específicos para fins de reembolso de uma perda incorrida pelo titular devido à falha de um devedor específico em efetuar pagamentos na data de vencimento de acordo com os termos do instrumento da dívida. O valor da obrigação é contabilizado pelo valor da obrigação prevista no contrato.

Em todos os exercícios apresentados, a Companhia não é garantidora em nenhum contrato.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações. Assim, o resultado básico e o diluído por ação são iguais conforme consta na Demonstração do Resultado do Exercício.





.17.

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES S.A.

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, de três meses ou menos, todos líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa conta no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
Bradesco – Crédito Privado (i)	450	891
BTG Pactual aplicação imediata (ii)	-	949
Itaú Renda Fixa (iii)		553
Total de aplicações	450	2.393
Cheques	202	202
Caixa	75	78
Bancos	204	97
Total não aplicado	481	377
Total	931	2.770

Os valores de mercado se aproximam dos seus valores contábeis pois dada à natureza e característica das aplicações financeiras, elas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

- (i) O saldo corresponde o investimento em Crédito Privado Empresarial, com Renda Fixa duração livre crédito e com taxa de 20% sobre o que exceder 100% CDI.
- (ii) O saldo corresponde a aplicação em fundo de investimento e a rentabilidade é baseada na variação do último dia útil do mês anterior ao exercício de cálculo e ao último dia útil do mês de referência.
- (iii) O saldo corresponde ao investimento em CDB-DI, com Renda Fixa pós- fixada e taxa de 100% CDI.





.18.

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES S.A.

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

6 - Contas a Receber

	31/03/2024	31/12/2023
Locação de áreas no terminal	1.044	433
Locação de lojas	674	642
Locação de estacionamentos – cativa	569	381
Locação de estacionamentos - rotativo	430	357
Outras	364	398
	3.081	2.211
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Locação de lojas	(343)	(332)
Locação de áreas no terminal	(150)	(147)
Outras	(46)	(47)
	(539)	(526)
Total	2.542	1.685

O saldo da conta "Contas a receber" inclui valores (vide a análise por vencimento) vencidos no final do período, para os quais a Companhia não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores ainda são considerados recuperáveis. A Companhia não tem garantias para esses saldos nem tem o direito legal de compensá-los com valores devidos pela Companhia ao devedor, quando aplicável.

A Companhia constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) com base nos valores irrecuperáveis estimados determinados em experiências passadas de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

Composição por vencimento das contas a receber:

31/03/2024	31/12/2023
2.035	1.210
274	225
16	18
29	50
727	708
3.081	2.211
(539)	(526)
2.542	1.685
	2.035 274 16 29 727 3.081 (539)





.19.

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES S.A.

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

Movimentação na Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD):

_	31/03/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	(526)	(433)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas	(493)	(480)
Perdas por redução ao valor recuperável revertidas	480	387
Total	(539)	(526)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa refere-se aqueles saldos que possuem indicativo de perda baseado em critérios de recebimento com vencimento superior a 180 (cento e oitenta) dias ou que estão em processo de negociação em esfera administrativa ou judicial. A Administração entende que o referido saldo reflete de forma fidedigna a posição de perda por irrecuperabilidade dos créditos existentes da Companhia periodicamente a movimentação desses saldos.

Para determinar a recuperação do Contas a Receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

7 - Imobilizado

a. Composição dos saldos

		31.03.2024				31.12.2023
	Taxas anuais de		Depreciação			
	depreciação	Custo (**)	acumulada	Impairment	Líquido	Líquido
Terrenos		38.386			38.386	38.386
Edificações (*)	1,56%	80.133	(17.841)	-	62.292	62.604
Benfeitorias em imóveis	1,58% a 20%	24.182	(10.215)	-	13.967	14.387
Móveis e utensílios	10%	10	(1)	-	9	9
Máquinas e equipamentos	10%	523	(280)	-	243	256
Imobilizado em						
andamento	-	62	-	-	62	35
Outros	20%	253	(238)	-	15	17
Impairment	-			(43.595)	(43.595)	(43.595)
Total		143.549	(28.575)	(43.595)	71.379	72.099





.20.

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

			31.12.2023				
	Taxas anuais de		Depreciação				
	depreciação	Custo (**)	acumulada	Impairment	Líquido	Líquido	
Terrenos		38.386			38.386	38.386	
Edificações (*)	1,56%	80.133	(17.529)	-	62.604	63.857	
Benfeitorias em imóveis	1,58% a 20%	24.182	(9.795)	-	14.387	16.094	
Móveis e utensílios	10%	10	(1)	-	9	3	
Máquinas e equipamentos	10%	523	(267)	-	256	309	
Imobilizado em							
andamento	-	35	-	-	35	74	
Outros	20%	253	(236)	-	17	22	
Impairment	-			(43.595)	(43.595)		
Total		143.522	(27.828)	(43.595)	72.099	118.745	

^(*) Vida útil estabelecida por peritos avaliadores independentes – 64 anos.

O valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável.

b. Movimentação do imobilizado

	Saldo líquido 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/03/2024
Terrenos	38.386	_	_		38.386
Edificações (*)	62.604	-	-	(312)	62.292
Benfeitorias em imóveis	14.387	-	-	(420)	13.967
Móveis e utensílios	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	256	-	-	(13)	243
Imobilizado em andamento	35	27	-	-	62
Outros	17	-	-	(2)	15
Impairment	(43.595)				(43.595)
Total	72.099	27		(747)	71.379
					0.11.17.11
	Saldo líquido 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/03/2023
Terrenos		Adições	Baixas	Depreciação -	
	31/12/2022	Adições -	Baixas -	Depreciação - (313)	31/03/2023
Terrenos Edificações Benfeitoria em imóveis	31/12/2022	Adições - - 6	Baixas -	-	31/03/2023
Edificações	31/12/2022 38.386 63.857	- -	Baixas -	(313)	31/03/2023 38.386 63.544
Edificações Benfeitoria em imóveis	31/12/2022 38.386 63.857 16.094	- -	Baixas	(313)	31/03/2023 38.386 63.544 15.732
Edificações Benfeitoria em imóveis Móveis e utensílios	31/12/2022 38.386 63.857 16.094 3	- -	Baixas (74)	(313) (368)	31/03/2023 38.386 63.544 15.732 3
Edificações Benfeitoria em imóveis Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos	31/12/2022 38.386 63.857 16.094 3 309	- -	- - - -	(313) (368)	31/03/2023 38.386 63.544 15.732 3
Edificações Benfeitoria em imóveis Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Imobilizado em andamento	31/12/2022 38.386 63.857 16.094 3 309	- -	- - - -	(313) (368) - (13)	31/03/2023 38.386 63.544 15.732 3 296



^(**) Inclui o custo atribuído do edifício e o terreno.



Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

Em 2010 a Companhia efetuou o registro do custo atribuído do Edifício Garagem e do seu terreno, em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e com o ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, ambos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Esse custo atribuído de Terrenos e Edificações foi determinado em avaliação efetuada por avaliadores independentes considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam, o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. O relatório de avaliação gerado pelos especialistas foi aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia. Da mesma forma, foi modificada a taxa de depreciação do Edifício (anteriormente totalmente depreciado) em virtude da nova vida útil estimada pelos mesmos avaliadores independentes (*), conforme Pronunciamento Técnico 27 – Ativo Imobilizado do CPC.

A Companhia realizou em 2023 a avaliação de *impairment*, conforme determinado pelas normas e CPCs 27 e 01, mediante a avaliação efetuada por técnicos especialistas independentes capacitados. O referido estudo demonstrou que o valor contábil líquido do ativo imobilizado excede ao seu valor recuperável, sendo assim necessário o registro de *impairment* de (R\$43.595).

8 - Financiamentos

	31/			
	Circulante	Não Circulante		
Bradesco (i) – (1,0140% a.m.)	1.667	-		
	1.667	-		
	31/12/2023			
	Circulante	Não Circulante		
Bradesco (i) – (1,0140% a.m.)	2.500	-		
	2.500			
•				

Todos os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo "custo amortizado" utilizando o método de juros efetivos, o qual é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

(i) Em 10 de setembro de 2021, a Companhia recebeu R\$10.000 (dez milhões) de uma linha de empréstimo referente a capital de giro do Banco Bradesco.

O prazo de vigência do contrato são 36 (trinta e seis) meses, com vencimento previsto contratualmente em 10 de setembro de 2024, sendo as parcelas a serem amortizadas compostas de principal e juros apropriado mensalmente, conforme previsto em contrato. A taxa de juros efetiva do contrato é de 1,0140% a.m. e 12,8701% a.a.

A garantia do financiamento é a hipoteca do 15° andar, avaliada no montante R\$14.900 (quatorze milhões e novecentos mil); mediante avaliação do imóvel efetuada em 23 de agosto de 2021.

9 - Impostos Taxas e Contribuições

Circulante

	31/03/2024	31/12/2023
IPTU (i)	4.419	214
Imposto de Renda e Contribuição Social	41	2.300
COFINS	117	56
PIS	25	12
Outros	116	125
Parcelamento – auto regularização (ii)	180	
	4.898	2.707
Não circulante		
	31/03/2024	31/12/2023
Parcelamento – autor regularização (ii)	877	
	877	

- (i) Através de processo administrativo junto a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), deferiu-se em 25 de outubro de 2023 que fosse desconsiderado do cálculo do IPTU as áreas comuns das rampas, vias e áreas de manobras nos andares de estacionamentos, incluindo os cálculos retroativos a 2020, 2021 e 2023, reduzindo os valores a pagar em torno de 40% em sua totalização.
- (ii) A Companhia aderiu ao programa de autor regularização incentivada da Receita Federal do Brasil, em março de 2024, nesse processo constam os débitos de IRPJ e CSLL de outubro de 2023 nos valores de R\$1.562 e R\$597, respectivamente. A companhia optou em pagar 50% a vista e o restante em parcelas em 48 meses.



Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

10 - Contingências

A Companhia possui contingência referente ao processo número 0830589-65.2022.8.19.000 ao qual possui perdas estimadas no valor de R\$20, provisionadas visto sua realização provável. A Companhia é ré em ações cíveis e trabalhistas, cuja perda possível estimada pelos Administradores totalizam R\$182 (cento e oitenta e dois mil|), não provisionados face à incerteza da realização.

11 - Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social com saldo de R\$2.002, está constituído por 526.306 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei nº 6.404/76.

Composição acionária

Acionistas	Ordinárias	%	Total
Mercator Investment Fund Limited	421.044	79,99	421.044
Fundo de Investim Caixa Rio Preto Multim Crédito Privado	105.261	20,00	105.261
Joaquim Azevedo	1	0,01	1
	526.306	100,00	526.306

12 - Prejuízo por Ação

Os resultados por ação, básico e diluído, foram calculados com base no resultado do período, atribuível aos acionistas da Companhia, em 31 de março de 2024, e na respectiva quantidade média de ações em circulação neste período, comparativamente a em 31 de março de 2023, conforme o quadro abaixo:

	31/03/2024			31/03/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Resultado atribuível aos acionistas	(50)	-	(50)	(9)	-	(9)
Denominador						
Média ponderada de ações	526.306		526.306	526.306		526.306
Resultado por ação (em R\$) -						
básico	(0,00088)	<u> </u>	(0,00088)	(0,00002)		(0,00002)





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

13 - Partes Relacionadas

13.1. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

Em 2022, foi destinado 25% de dividendo mínimo obrigatório para os acionistas, devido à baixa liquidez da Companhia o assunto foi levado a AGO em 26 de abril de 2023 e foi decidido pela manutenção do saldo na Reserva Especial de Dividendos no montante de R\$630. O montante foi liquidado em sua totalidade em 14 de dezembro de 2023.

13.2. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023, a remuneração total dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$291 e R\$276, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

14 - Receita Líquida

	31/03/2024	31/03/2023
Receita bruta (i)	6.017	5.693
Desconto concedido	-	(4)
Impostos sobre vendas	(727)	(731)
	5.290	4.958





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

(i) A seguir, a análise da receita da Companhia no período para operações continuadas:

	31/03/2024	31/03/2023
Estacionamento	3.009	3.023
Locações de lojas, bilheterias e de áreas (ii)	3.008	2.670
	6.017	5.693

(ii) A Companhia possui um contrato com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DP RJ), não residencial na modalidade de *Built to Suit* (*) referente a área do 15° andar, o prazo de locação do contrato é de 120 (cento e vinte) meses, podendo ser renovado por igual período, vigorando a partir da assinatura em 31 de agosto de 2021.

A Companhia efetuou um investimento no imóvel no valor de R\$8.776 (oito milhões, setecentos e setenta e seis mil reais) referente a adequação mediante reforma do imóvel que serão pagos pela Companhia, porém haverá o ressarcimento dentre o montante da receita de aluguel, conforme particularidade do contrato, durante o período de 60 (sessenta) meses com vigência em agosto de 2021, com o valor mensal de R\$146 (cento e quarenta e seis mil reais) e R\$270 (duzentos e setenta mil reais) fixos do aluguel do andar. Perfazendo a receita mensal total de R\$416 (quatrocentos e dezesseis mil reais), após esse período o valor da receita de aluguel será R\$270 (duzentos e setenta mil reais) nos 60 (sessenta) meses posteriores. Durante o decorrer da obra a Companhia incorreu em gastos que não estavam previstos no orçamento, esses gastos serão ressarcidos mediante ao aditivo que entrou em vigência 14 de janeiro de 2022. Objetivo do aditivo foi de efetuar o ressarcimento de R\$908 (novecentos e oito mil reais) divididos em três parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$302 (trezentos e dois mil).

(*) *Built to Suit* é um **contrato** de locação no qual o locatário encomenda uma reforma no imóvel específica para atender às suas necessidades, sendo que cabe ao locador, por si ou por terceiros, construir ou promover a reforma no imóvel que está sendo locado.

15 - Custos dos Serviços Prestados

	31/03/2024	31/03/2023
IPTU	(1.186)	(1.308)
Condomínio	(1.223)	(1.125)
Depreciação	(678)	(697)
	(3.087)	(3.130)





.26.

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES S.A.

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

16 - Despesas Gerais e Administrativas

	31/03/2024	31/03/2023
Salários e encargos	(571)	(525)
Benefícios aos empregados	(320)	(308)
Remuneração da diretoria (nota 13)	(291)	(276)
Outras despesas gerais e administrativas	(33)	(36)
Computadores e softwares	(107)	(95)
Despesa com IPTU	(125)	(119)
Serviços de consultoria/advogados	(295)	(50)
Serviços de contabilidade/auditoria	(117)	(122)
Permissão de uso	(40)	(38)
Taxas e emolumentos	(107)	(84)
Previdência privada (nota 18)	(26)	(3)
	(2.032)	(1.656)

17 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

	31/03/2024	31/03/2023
Outras receitas operacionais (i)	47	30
Outras taxas diversas	7	8
Outras provisões (ii)	(20)	-
Provisões para devedores duvidosos	(493)	(406)
Reversão de provisões para devedores duvidosos	480	390
	21	22

- (i) A Companhia é exequente de uma execução judicial (cumprimento definitivo de sentença) que tem como executada a Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais CODERTE ("CODERTE"), em tramite na 9ª Vara de Fazenda Pública. Em 2008 a CODERTE, como autora, moveu uma ação revisional para reduzir o aluguel do Terminal Rodoviário de Passageiros, situado na Avenida Erasmo Braga, nº. 278, com numeração complementar pela Rua São José, nº. 35, de propriedade da Ré Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A. ("TGMC"). O TGMC apresentou contestação com pedido contraposto, requerendo a majoração do aluguel. Foi julgado improcedente o pedido da CODERTE, saindo vencedor o TGMC. Após transitado em julgado a decisão e iniciada a execução o TGMC requereu penhora on line nas contas da CODERTE, o qual após se insurgir veementemente a CODERTE; o TGMC logrou êxito, sendo liberado em seu favor o mandado de pagamento, o qual foi recebido no dia 14 de junho de 2022 mediante depósito em conta corrente.
- (ii) A Companhia registra nessa rubrica provisões para contingências, conforme detalhado na nota 10.





.27.

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES S.A.

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

18 - Plano de Contribuição Previdenciária

Em 23 de novembro de 1999, a Companhia assinou a adesão ao plano de previdência privada, de contribuição definida, com a Icatu Hartford Seguros S.A., entidade de previdência constituída desde janeiro de 1992.

O plano de contribuição definida tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo 80% custeado pela empresa e 20% pelos próprios empregados.

As contribuições efetuadas pela Companhia no período de 31 de março de 2024 e 2023 totalizaram, respectivamente, os montantes de R\$26 e R\$3.

19 - Resultado Financeiro

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas de aplicações financeiras	47	120
Receita financeira – SWAP	9	75
Juros	19	25
Descontos	1	1
Outros	6	5
Receitas financeiras	82	226
Juros	(72)	(179)
Multas	(24)	-
Comissões e outros	(47)	(114)
Outras despesas financeiras	(54)	(73)
Despesas financeiras	(197)	(366)
	(115)	(140)





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

- 20 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
- 20.1. O Imposto de Renda e a Contribuição Social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados como segue:

	31/03/2024	31/03/2023
Imposto de Renda	(91)	(44)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(36)	(19)
	(127)	(63)

A Administração da Companhia avaliou ao final do exercício de 2023 os resultados e ao realizar seu planejamento tributário para o exercício de 2024, baseado em seu orçamento e projeção anual, manteve a apuração pelo Lucro Real, conforme no exercício de 2023.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

20.2. Reconciliação da alíquota efetiva do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Conciliação da alíquota efetiva	31/03/2024	31/03/2023
Receita	5.290	4.958
Custo e despesas	(5.213)	(4.904)
Lucro antes do IR e CSLL	77	54
Adições (ajustes na base tributável)		
Demeed Cost	288	288
PCLD	14	406
Outras receitas e despesas não dedutíveis	7	11
Provisões para contingências	20	_
	329	705
Exclusões (ajustes na base tributável)		
Reversão de despesas	-	(389)
Reversão de provisão SWAP	(9)	(75)
	(9)	(464)
Lucro Antes das Compensações	397	295
Compensação sobre prejuízo fiscal	-	(88)
Lucro Real	397	207
IR (15%)	59	31
IR Adicional (10%)	34	14
PAT	(2)	(1)
	91	44
CSLL (9%)	36	19
	36	19
IR e CSLL	127	63
Alíquota efetiva	32%	30%

20.3. Prejuízos Fiscais a Compensar

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia não apresenta saldo de prejuízo fiscal. A compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social estão limitados a 30% dos lucros fiscais anuais, sem prazo de prescrição. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social, foram compensados com os lucros tributários, de acordo com os limites estabelecidos na legislação tributária.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

20.4. Exigências Fiscais e Tributárias

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o prazo de 5 (cinco) anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável. Como a legislação é frequentemente sujeita a interpretações, não é possível assegurar a aprovação definitiva desses impostos e contribuições pelas autoridades legais e fiscais competentes.

21 - Instrumentos Financeiros

21.1. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas e pessoa física que pertençam a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 8, deduzidos pelo caixa e saldos de caixa equivalentes e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa constantemente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

O índice de endividamento em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é demonstrado a seguir:

Dívidas (a):	31/03/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	(1.667)	(2.500)
Caixa e equivalentes	931	2.770
Dívida (Caixa) líquida	(736)	270
Patrimônio líquido (b)	71.217	71.247
Índice de endividamento líquido	(0,0103%)	0,0038%

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº 8.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciadas como capital.

21.2. Categorias de instrumentos financeiros

		31/03/2024			31/12/2023	
	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	931	-	931	2.770	-	2.770
Contas a receber	-	2.542	2.542	-	1.685	1.685
	931	2.542	3.473	2.770	1.685	4.455
(Passivos)						
Empréstimos e financiamentos - terceiros	-	(1.667)	(1.667)	-	(2.500)	(2.500)
Instrumentos financeiros – SWAP	(15)	9	(6)	(218)	203	(15)
Fornecedores	-	(129)	(129)	-	(52)	(52)
	(15)	(1.787)	(1.802)	(218)	(2.350)	(2.568)
Líquido	916	(755)	1.671	2.552	(664)	1.888

Os ganhos e perdas reconhecidos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023, relacionados aos ativos e passivos financeiros, foram nos montantes de (R\$115) e (R\$140), respectivamente. As aberturas com as movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota Nº 19.





Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

21.3. Objetivos da administração dos riscos financeiros

A Companhia observa o mercado financeiro, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos. Contratou um SWAP junto ao Banco Bradesco, com o propósito de anular possíveis perdas de taxas de juros locais em relação ao empréstimo contratado a uma taxa de juros pré-fixada 12,87%, conforme descrito na nota 8. Em 31 de março de 2024, a Companhia apresenta o saldo devedor de R\$1.693 milhões (R\$2.500 milhões em 31 de dezembro de 2023) e MTM atualizado no montante de R\$6 mil (R\$15 mil em 31 de dezembro de 2023).

21.4. Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de taxas de juros. A Administração da Companhia entende que esse risco é inerente ao perfil de sua dívida e, portanto, bem equacionado, porém, a Administração utilizou instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de juros.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração da Companhia.

21.5. Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui transações em moedas estrangeiras.





Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

21.6. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré e pós-fixadas. Como o índice de endividamento é baixo, a Administração entende que o impacto desse risco é muito baixo, porém, contratou SWAP para a cobertura do empréstimo obtido junto ao Banco Bradesco no valor de 10 milhões.

21.7. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

As contas a receber de clientes estão compostas por muitos clientes. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela administração para a cobertura desse risco.

A Companhia não possui nenhuma exposição ao risco de crédito com nenhuma contraparte ou grupo de contrapartes com características semelhantes. A Companhia define como contrapartes como tendo características semelhantes àquelas que são empresas relacionadas. Não há concentração de risco de crédito.

Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

21.8. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui 2 (duas) linhas de crédito não utilizadas que tem à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez. Essas linhas de crédito, não utilizadas perfazem os valores de R\$500 e R\$100 em 31 de março de 2024.





Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

21.9. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
- O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados.

22 - Cobertura de Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

		Limite máximo de indenização em 31 de março de 2024		
Riscos operacionais:	Danos materiais	Responsabilida Danos materiais de civil		
Compreensivo empresarial	110.000	110.000		
	110.000	110.000		





Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

23 - Eventos Subsequentes

A Companhia celebrou junto a CODERTE - Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais, um acordo em audiência especial na 09° Vara de Fazenda Pública, referente ao processo 0241450-53.2008.8.19.0001. Nesse acordo judicial a CODERTE comprometeu-se a pagar mensalmente o valor aproximado de R\$222, sendo que R\$200 deverá ser pago diretamente ao TGMC e 10% do valor permanecerá sendo objeto de penhora.

A Companhia celebrou junto a PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, um acordo de redução entorno de 38% do valor do IPTU, ano calendário 2024, conforme processo administrativo número 04/66/302.266/202.Esse processo é referente a exclusão das rampas e vias de manobras, áreas comuns, nos cálculos do IPTU 2024, referente aos andares de estacionamentos do 02° ao 14° Andares, com exceção do 13° Andar, já acordadas para os anos de 2020, 2021 e 2023.

24 - Outras Informações

Em atendimento às instruções n°381 e n°386 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que não foram prestados outros serviços pela BKR-Lopes Machado Auditores, além dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

